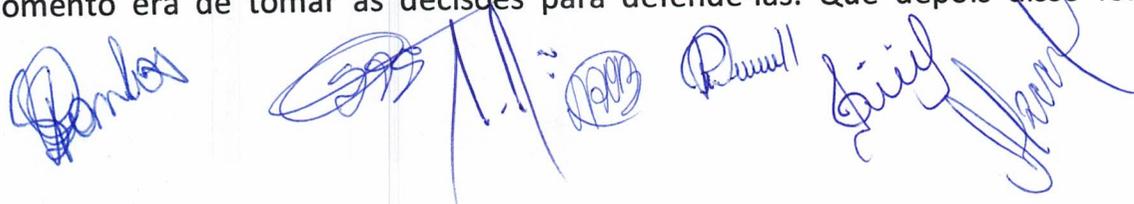


## Ata da reunião extraordinária conselho administrativo do IPREM com o Prefeito

Aos dezesseis dias do mês de abril do ano de 2024 reuniram-se na sede do IPREM os conselheiros do conselho administrativo Paula Juliana dos Santos, Silvio Aparecido Sobrinho, Júlio César Martins Rocha Santos, Mariluce Alexandre de Oliveira Balsamão, Mirian Xavier Rodrigues, a superintendente Joana Darc Silveira Macedo, a diretora de benefício Regina Aparecida Dayrell Vieira e o prefeito municipal Adair Divino da Silva para tratarmos do apontamento feito pelo tribunal de contas. Leio a ata da última reunião. Todos concordam e assinam. A superintendente coloca que a reunião é para resolvermos a situação do decote nos salários do pensionista da servidora Maria Alice Xavier de Almeida e do aposentado e também prefeito Adair Divino da Silva. Coloca que a ação tomada foi para resolver a questão da multa. Reforça a conversa que tiveram com a procuradora do município Ivelony Campos Zilmar do Nascimento antes do decote dos proventos citados em que a mesma entendeu a situação e apoiou a tomada de decisão. Coloca que pediu para que o prefeito a procurasse antes de tomar quaisquer providências, mas que não aconteceu. Que no fim do dia de segunda-feira passada o prefeito retornou as ligações e que estava insatisfeito com a providência tomada. Que voltaram a se reunir com o prefeito, advogado do prefeito e assessor jurídico do IPREM, Sérgio, e que chegaram a conclusão que não poderiam ter feito o decote desta forma. Que questionou a assessoria sobre o aconselhamento da atitude tomada ao que o assessor respondeu que considerava o processo do tribunal suficiente. Que no tribunal de contas entendeu que não poderiam reduzir os proventos sem antes instaurar e concluir processo administrativo. Que sendo assim a portaria que decotou vai ser revogada e será instaurado um processo administrativo para que ao final seja recomendado um decote ou mesmo que, pelo tempo de recebimento pode ser que o tribunal de contas venha a homologar. Que está avisando a todos os servidores municipais que estão procurando por aposentadoria sobre o efeito cascata. O prefeito então pede a palavra e pede para voltarem a discutir o assunto das aposentadorias apontadas. Coloca que ao tomar conhecimento falou a superintendente que sua insatisfação se deve as decisões terem sido



tomadas por um parecer técnico sem aguardar uma conclusão da corte do tribunal de contas. Que a corte é política e irá julgar politicamente. Que também não recebeu nenhum comunicado para tomar providencias e que não estão livres da multa ao decotar somente seu salário. Que indagou as servidoras do IPREM sobre isso. Que entende que caso haja o decote ele e todos irão ter perdas e todos irão solicitar a devolução do que foi pago de previdência empregado e patronal. Coloca que quem calcula é a prefeitura e que não vê a responsabilidade no benefício e superintendente e que essas na justiça sairiam vitoriosas. Também coloca que é preciso encontrar caminhos para manutenção da previdência. Que todas essas situações precisam ser repensadas. Coloca que nem prefeitura nem IPREM devem tomar atitudes antes da decisão da corte. Que confia que a decisão da corte será positiva. Que acredita que agindo antes de uma decisão da corte seria provocar para uma decisão ruim para todos. Coloca que acredita que a decisão será por uma correção para os ainda não aposentados e não para os já aposentados devido ao número de aposentadorias já homologadas. Pergunto se a prefeitura já fez os cálculos de perdas aplicando as leis de progressão do município, se com estes cálculos a perda seria recompensada. Ao que o prefeito responde que tais cálculos não foram realizados. A superintendente coloca que com a aplicação da lei a aposentadoria da servidora Maria Alice seria resolvida. O prefeito então coloca que esta discussão é válida, mas não para este momento. O prefeito coloca que sua insatisfação foi pela redução ter sido feita de forma monocrática e por isso está muito chateado pois entende que sem processo administrativo não teve direito de ampla defesa. Que espera que as decisões sejam a partir da decisão do tribunal de contas. A diretora de benefícios coloca que não entende por que recebeu a intimação. O prefeito coloca que não houve uma decisão da corte e que por isso elas não devem tomar uma decisão ainda. Coloca também que quem não está pronto para esses embates não deve ter cargos comissionados. O presidente coloca que todas as representações foram de maneira a tomar uma atitude e que isto foi feito baseado nas representações. O conselheiro Júlio coloca que no entendimento dele, como as servidoras do IPREM que foram intimadas não caberia a nós conselho deliberar sobre as decisões a serem tomadas pois as penas recairiam sobre elas. Que o entendimento naquele momento era de tomar as decisões para defendê-las. Que depois disso foi



Handwritten signatures in blue ink, including names like "Dantas", "Rosa", "Rosa", "Júlio", and "Rosa".

estudar e entende que nenhuma decisão deve ser tomada sem o processo administrativo. Coloca que mudou de opinião a partir dos estudos sobre o assunto e que a colocação sobre as contribuições foi muito pertinente e que todos os servidores contribuíram também sobre o efeito cascata. Que isso geraria outro fato de enriquecimento ilícito do instituto. A superintendente pergunta ao conselheiro Júlio se o que foi recebido inconstitucionalmente cabe ressarcimento. O prefeito coloca que o assunto precisa ser debatido pois não existe errado e certo. O conselheiro Júlio coloca que a previdência é muito bem assistida juridicamente e que dependendo da decisão do tribunal que ele acredita que será resolvido da forma que o prefeito está falando, mas que se for de outra forma devemos preparar para grandes problemas. A superintendente coloca que outros municípios que foram apontados pelo tribunal de contas fizeram termo de ajustamento e resolveram e que nós só chegamos nesta situação porque não resolveram antes. O prefeito agradece a compreensão de todos, coloca que sua preocupação não é somente com ele e sim com os demais. Cita o servidor Hélio Generoso que pode ter uma perda enorme em sua aposentadoria. Coloca que espera uma decisão favorável e que não dê prejuízo a nenhum servidor. O presidente então pede para a superintendente falar dos próximos andamentos ao que a superintendente coloca que a portaria será revogada e será aberto processo administrativo disciplinar. Nada mais havendo a ser tratado eu, Paula Juliana dos Santos encerro a presente ata que após lida será assinada por mim e todos os presentes.

Paula Juliana dos Santos \_\_\_\_\_

Silvio Aparecido Sobrinho \_\_\_\_\_

Júlio César Martins Rocha Santos \_\_\_\_\_

Mariluce Alexandre de Oliveira Balsamão \_\_\_\_\_

Mirian Xavier Rodrigues \_\_\_\_\_

Joana Darc Silveira Macedo \_\_\_\_\_

Regina Aparecida Dayrell Vieira \_\_\_\_\_

Adair Divino da Silva \_\_\_\_\_